

RECONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO PELA OUSADIA DA INTELIGÊNCIA¹

[RECONQUERING PUBLIC SPACE THROUGH THE DARING INTELLIGENCE]

Cecilia Pirespirescecilia@gmail.com<https://orcid.org/0009-0000-6906-9311>

Pós-doutora na área de Filosofia Política em Paris I-Sorbonne. Doutora em Filosofia, na área de Filosofia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atuou como Professora e Pesquisadora na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É membro do Grupo de Trabalho Ética e Cidadania/ANPOF. Trabalhou como Pesquisadora na área de Filosofia Política. Professora de Teorias da Democracia, no Programa de Pós-Graduação em Direito na IMED-Passo Fundo. Atualmente, trabalha com Consultorias e Assessorias nas áreas de Ética e Filosofia Política. Mantém uma página profissional no facebook: - Professora de Filosofia. Consultora em Ética e Filosofia Política. Página de acesso: <https://www.facebook.com/ceciliaphilos/?pnref=lbc>

DOI: [10.25244/161.5492](https://doi.org/10.25244/161.5492)

Recebido em: 21 de março de 2023. Aprovado em: 10 de maio de 2023

¹ Este texto expressa a minha fala no Seminário Virtual, organizado pelo GT Ética e Cidadania-ANPOF, organizado pelo Prof. Daniel Pansarelli, em abril e maio de 2020.



Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

Resumo: O artigo está fundamentado no argumento sobre a importância de reconquista do espaço público, por organizações da sociedade civil, inspiradas no ideário dos Direitos Humanos, tendo em vista a ação política de inteligências ousadas. Tudo isso requer um compromisso de plenitude cidadã, além de alianças partidárias, no sentido de ampliar o leque social para enfrentar as graves questões das desigualdades sociais. Trata-se de enfrentar, pela ousadia da inteligência, o quadro de uma sociedade intoxicada por falas e atitudes discriminatórias de toda ordem, que se refletem no discurso de ódio, causando danos irreparáveis à democracia e seus fundamentos. A proposta é enfrentar o mal, para construir o futuro.

Palavras-chave: Espaço público – Democracia – Sociedade Civil - Ousadia da inteligência

Abstract: The article is based on the argument about the importance of the reconquest of the public space, by civil society organizations, inspired by the ideology of Human Rights, in view of the political action of daring intelligences. All this requires a commitment to citizen wholeness, beyond party alliances, in order to broaden the social spectrum to face the serious issues of social inequalities. It is about facing, through the boldness of intelligence, the picture of a society intoxicated by discriminatory attitudes of all kinds, which are reflected in hate speech, causing irreparable damage to democracy and its foundations. The proposal of the paper is to confront evil in order to build the future.

Keywords: Public space – Democracy - Civil Society -Daring intelligence

*Meu sonho quer apenas o tamanho da minha alma, exato, luminoso e simples como um anel.
Cecília Meireles*

1. SITUANDO A QUESTÃO

Nossa história, como sujeitos deste tempo, foi baseada na construção conceitual e na concretização de ideias, a partir de modelos que criamos, que aceitamos e que nos impuseram. Esses modelos foram construídos para nos interpretarmos, nos deciframos e nos entendermos, no tempo e no espaço.

Neste tempo de tantos conflitos e tantos males, como a pandemia, muitas interpretações ressurgem em nós, desde nossas raízes metafísicas até nossos enfrentamentos dialéticos. Circulamos por um conjunto de ideias e complexidades conjunturais, que nos fazem repensar concepções do nosso cotidiano político e existencial, como ameaças, pragas, castigos, temores vários, que se manifestam das mais diversas formas em nosso imaginário castigado, sofrido e rebelde.

As ideias, as experiências, as culturas que se desenham em nosso rosto latino-americano estão manifestas, para serem conhecidas, reconhecidas, debatidas, compreendidas e divulgadas.

A tese central dessa reflexão sustenta que o espaço público foi apropriado pelo autoritarismo das governanças, que têm no aparato estatal a garantia de uma burocracia dominadora, circunscrita ao espectro de leis, normas, determinações abusivas e limites discricionários. Há um Estado regulado pela forma democrática de poder, mas que não atinge o âmago das necessidades sociais, produzindo lacunas tais que se transformam em patologias. Essas regulações da vida democrática não impedem que ocorram a intensidade de desigualdades e injustiças.

Nesse aspecto, o espaço da política fica reduzido, na medida em que a participação efetiva da população, em suas diversas instâncias, torna-se uma mostra de favorecimentos partidários, anomalias próprias de países cujo desenvolvimento apresenta a metáfora de uma gangorra cívica, operando ora no alto, ora no baixo. Com a dinâmica própria da gangorra, o que está no nível baixo impulsiona para derrubar o que está no alto, e o que está no nível alto reage para impedir que suba o que está no nível baixo.

Essa inclusão de poucos e exclusão de muitos está a exigir a reconquista do espaço público, por ações inteligentes, cuja ousadia prática permita a superação de populismos e seus extremos.

Três questões orientam essa análise acerca do espaço público: os erros vividos no cotidiano político, o enfrentamento de uma sociedade intoxicada, a ousadia da inteligência para compreensão das circunstâncias e superação dos medos.

2. O QUE HÁ DE ERRADO COM O COTIDIANO POLÍTICO BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO?

Três considerações orientam a identificação desse cotidiano político, nos cenários que aproximam a realidade nacional e a realidade dos povos latino-americanos. Nossos países ainda machucados pelas interveniências ditatoriais se apresentam com as marcas de um sistema cujos alzozes mostraram sua eficácia pragmática.

A. A relação social, consolidada pelo elo social se sustenta, na sociedade civil, pela satisfação das necessidades. O mundo do trabalho é um dos pilares do elo social. Fora desta circunstância, não há sustentáculo para essa dimensão entre os humanos. Temos, hoje, um alargamento do conceito de sociedade civil, distante das teorias dos contratualistas clássicos. A atitude de solidariedade, presente na noção contemporânea de sociedade civil, é uma evolução das teorias contratualistas. Essa sociedade civil é uma organização política, facultando um certo nível de trocas, mudanças conjunturais e divisão entre iguais. Situa-se em oposição ao discurso do Estado, postulando valores econômicos e morais, esquecidos pelo Estado.

Neste momento, no Brasil e em vários países latino-americanos, o elo social encontra-se fragilizado, mais do que nunca, pelas formas de escassez e pelo modo como essa escassez vem sendo tratada pelos governos, nas últimas décadas do século XX e nessas primeiras décadas deste século.

A atitude populista de governança produz uma gama de atrasos sociais e econômicos, de tal modo que os cidadãos ficam reféns de discursos, incapazes de reagir às propostas mercadológicas de determinado modo de produção. A carência compreensiva dos sujeitos impede o entendimento da inteligibilidade de uma história em andamento, que pode ser diferente, se entrarem outras racionalidades, que situem a dialética do trabalho face à escassez.

A escassez se constitui num conjunto de necessidades não resolvidas, na tensão trabalho e produção, aumentando a vulnerabilidade das pessoas, em todos os aspectos de suas vidas.

A propósito, cabe aqui a compreensão de Sartre, tratada na *Crítica da Razão Dialética* ao analisar a escassez como uma manifestação passiva, ou de inércia ativa, da matéria². A escassez persegue o humano e este luta obstinadamente para superá-la. A história humana é a história da luta contra a escassez, contra o aniquilamento. Ele identifica a materialidade, como uma relação estranha, uma espécie de *primeira alienação* no trabalho, numa inteligibilidade dialética do trabalho. É uma relação unívoca entre uma multiplicidade de indivíduos.

Assevera:

Convém observar que essa relação unívoca da materialidade circundante aos indivíduos manifesta-se *na nossa História* sob uma forma particular e contingente, uma vez que toda aventura humana [...] é uma luta obstinada contra a *escassez*. (SARTRE, 2002:236. Grifos do autor)

Entende o autor que a reciprocidade e a escassez se ligam, negativamente. Amplia a questão quando manifesta a seguinte compreensão – a relação humana é de reciprocidade e a relação inumana é a de escassez. Apresenta aqui a perspectiva da solidariedade e do compromisso, que os

² Cf. SARTRE, J.P. *Crítica da Razão Dialética*, 2002, p. 235.

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

humanos têm entre si. Essa perspectiva já fora assumida na conferência *O Existencialismo é um humanismo*³. Há um fato, a escassez não humaniza, ela frustra a expectativa dos humanos.

Depreende-se dessa análise que uma vida democrática plena deve buscar a superação da situação concreta de escassez. Essa superação traz em si uma urgência política, porque permite a afirmação da cidadania, a garantia do elo social pela ética nas relações e a negação da violência, no que a escassez produz de sofrimento e morte.

O trabalho é a forma humana de enfrentar a escassez. A *práxis* produzirá condições de satisfação das necessidades, no âmbito da escassez, negando-a.

Assim o trabalho humano do indivíduo (e, por conseguinte, do grupo) é condicionado em seu objetivo, portanto, em seu movimento, pelo projeto fundamental no homem de superar – para ele e para o grupo – a escassez como perigo de morte, sofrimento presente e relação primitiva que constitui, *ao mesmo tempo*, a Natureza pelo homem e o homem pela Natureza. (SARTRE, 2002:249. Grifos do autor)

A escassez, além de frustrar as expectativas dos humanos, resulta numa situação falimentar, dentro de um conjunto de vulnerabilidades, que afetam todas as dimensões das subjetividades, como sujeito psíquico, sujeito político, sujeito econômico, sujeito epistêmico e sujeito social.

Como enfrentar essas vulnerabilidades? A superação do populismo político requer um convencimento da própria capacidade de pensar e agir, de acordo com uma razão autônoma, ousada, cuja expressão crítica permite fazer avaliações de práticas políticas de dominação e servilismo.

Essa razão autônoma, diferente da razão iluminista, tem condições de contestar as catequeses partidárias e fomentar atitudes responsáveis do ponto de vista moral e político. Penso, nesse contexto, em uma nova crítica da razão, que poderia ser entendida como *Crítica da Razão Cruel*⁴, na qual se registra a ausência de cuidado e de solidariedade entre os humanos. A crueldade aqui se apresentando como a prepotência, o deboche, o descaso, o desdém, a ausência de solidariedade e de compromisso com a moralidade pública. Trata-se de uma razão que atrevidamente exclui e se exclui da compaixão e dos afetos⁵.

Este é um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos que gerenciam a sociedade. A questão da escassez irá se relacionar com a questão do trabalho, como experiência de necessidade e de escassez. A figura de um poder estatal, gerente da escassez, autoritário na administração de bens, é algo que precisa ser denunciado e recusado. A escassez impede uma reciprocidade positiva entre as pessoas, é o que se pode depreender das análises sartrianas.

³ Conferência pronunciada no *Club Maintenant*, em Paris, outubro de 1945.

⁴ A rigor, estou a pensar em caracterizar uma razão cruel como uma razão de destruição. E proponho a ousadia da razão, como o exercício de uma razão compartilhada de saberes e experiência. Essa ousadia da razão produz uma outra identidade, além do sujeito epistêmico. É uma razão ética, que busca fortalecer o laço social, para que ele não se rompa, resultando em desigualdades e conflitos.

⁵ Esta pretensão de escrever um ensaio *Para uma Crítica da Razão Cruel* está sendo acalentada em meu imaginário ético-político, há algum tempo, como fruto da observação nesse tempo de pandemias. Essa crítica nos permitirá pensar em uma revolução dos afetos, como um movimento de cuidado e acolhida.

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

A experiência humana da necessidade leva à compreensão das possibilidades materiais do próprio aniquilamento. É por isso que se pode entender, quando Sartre adverte que a pré-história da humanidade foi dominada pela escassez, que, por sua vez, dominou a *práxis*, no mundo do trabalho. A insuficiência de bens, resultante da escassez, no campo material, impede a reciprocidade positiva entre os humanos. Há o temor de que nada resulte para mim e que o outro consuma o que eu preciso, ou eu faça isto. Minha sobrevivência está tão ameaçada, quanto a do outro. Nesta contingência, as relações de trabalho não se desenvolvem na *práxis* afirmativa. Ao contrário, geram-se desconfianças recíprocas, advindas da experiência da escassez.

Não pretendo que algum dia, a relação de reciprocidade tenha existido *antes* da relação de escassez, uma vez que o homem é o produto histórico da escassez. Mas afirmo que, sem essa relação humana de reciprocidade, não existiria a relação inumana de escassez. Com efeito, a escassez como relação unívoca de cada um e de todos com a matéria torna-se, finalmente, estrutura objetiva e social do entorno material e por esse modo designa em compensação, com seu dado inerte, cada indivíduo como fator e vítima da escassez". (SARTRE, 2002:243. Grifo do autor)

Desse modo, o fortalecimento do elo social requer a superação da escassez como um projeto de liberdade pública. Na medida em que ela possibilita o fortalecimento da violência, as ações humanas devem orientar-se para recusar a escassez, como negadora da moralidade pública. A afirmação da cidadania, expressão maior do elo social, só pode ocorrer num cenário em que houver empenho da governança para a superação da escassez.

B. A compreensão de espaço público abrange a dimensão físico-territorial de um lugar e a dimensão social, o *locus politicus*. Essas duas dimensões interagem e sintetizam o lugar que fortalece e acolhe o desenvolvimento da cidadania, na perspectiva democrática. Desse modo, este espaço público, que deve ser o espaço de todos, gradativamente, torna-se o espaço dos que possuem mais força e poder, assegurados pelas relações dos influenciadores, junto aos poderes instituídos.

Se observarmos as relações de poder no espaço público das cidades, veremos que os centros urbanos se destinam a qualificar locais públicos, às vezes de forma a privatizá-los, sempre com o foco de satisfazer interesses dos que podem mais, em detrimento dos que podem menos.

Os conhecimentos, via exploração de territorialidades, dimensionam outra compreensão de espaço público, ao mesmo tempo que não o desvincula da forma como o Capital administra novas aquisições. A questão é como se dá esse enfoque.

Temos a indicação de Harvey.

A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter um vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual do mesmo. Do mesmo modo, todos os lugares ficaram vulneráveis à influência directa do mundo

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

mais amplo graças ao comércio, à competição intra-territorial, à ação militar, ao influxo de novas mercadorias, ao ouro e à prata etc. (HARVEY, 1992:221).

A relação de controle sobre o espaço denota a intensidade das relações de mercado e de poder, o que implica em configurações de fronteiras geográficas, não só nos países, como nas cidades. É evidente que todos devem se sentir representados na ocupação do espaço público, na medida em que aí exercem sua cidadania efetiva. O problema encontra-se na medida em que se perde a dimensão pública e constroem-se barreiras para a participação efetiva da população civil. Em alguns intervalos de tempo, de acordo com os interesses das governanças, este espaço abre-se um pouco para a população em geral, dando-lhe a ilusão de pertencimento. No entanto, em algumas situações, as forças policiais, cumprindo ordens, nem sempre apresentam a mesma tolerância com os diferentes grupos sociais, dependendo da forma como se manifestam tais grupos. A exterioridade conta mais do que as intenções. Na atualidade, isto é comprovado a todo instante, nas dimensões delimitadas entre centro e periferia.

Na vertente dos populismos de toda ordem, sejam religiosos, sejam políticos e até acadêmicos, aumenta a desorganização no espaço público, abrindo arestas, não consertadas, as quais geram conflitos e incidem sobre interesses de classes, de categorias sociais e profissionais. Tais populismos produzem uma corrosão na teia social de modo muito intenso, permitindo o deslizamento de qualquer conforto moral e ético que possamos ter, para que sejam enfrentadas as desigualdades sociais.

As pessoas ainda trabalham no varejo. E esse varejo é muito trágico. É uma das coisas que há de errado em nosso cotidiano político⁶. Perdemos a dimensão da totalidade, pelo envolvimento com ajudas fragmentadas ou benesses de lideranças partidárias, que desejam se afirmar numa prática de envolvimento caritativo. O cenário se mostra como se o povo protagonizasse um conjunto de pedintes, de mãos estendidas.

Se o povo é o fundamento da sociedade organizada, o sujeito, antes de ser um mero eleitor, é um cidadão. Tem o direito de ser ouvido. Não pode ser usado como cumpridor de mandamentos definitivos. Por mais iluminada que seja qualquer liderança política, não pode se julgar intérprete do pensamento e do sentimento do povo, sem ouvi-lo. Para que haja garantia de seriedade com o povo, que constrói a nação, na sua luta diária de assalariado, é necessário lucidez e maturidade por parte das lideranças partidárias.

Vemos como importante, neste aspecto, tratar das identidades culturais e sociais, que se apresentam no imaginário popular, em sua relação com o poder.

Por que o poder possui tanta vigência no imaginário popular? Pode ser pela maneira com que se estabelecem as relações de igualdade ou de desigualdade. O momento associativo do popular é o seu momento de afirmação, de fortalecimento, de enfrentamento do poder instituído. A maior parte dessas vivências populares, nas fases, pré-organizativas e pré-políticas, incidem sobre um

⁶ Se nós pensarmos, depois da queda da nossa *Bastilha Brasileira*, quando o governo de Bolsonaro derruba seu *berói*, o vigilante juiz Moro, é impressionante observarmos as diferentes falas, sejam acadêmicas, sejam midiáticas, sejam familiares, todas elas se ocupam do inusitado, do inesperado, numa atitude de imprevisibilidade, porque parecia que tudo estava harmonicamente enlaçado. Impressiona as âncoras ideológicas, a partir das quais são feitas as leituras das situações em frangalhos! É uma leitura, que se apropria dessa contingência falimentar, fatídica, numa realidade cheia de buracos econômicos, sociais e políticos, em que as pessoas tecem seus discursos de espanto. Então, o espaço social não se organiza, porque não se consegue trabalhar num eixo que tenha um foco de algo posto como referência pública, alguma coisa que pudesse vencer a letargia política e resolver essas mazelas, para se repensar a totalidade nacional.

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

consenso simbólico, em que a crença e/ou a ideologia acumulam dividendos significativos nas interlocuções possíveis, estabelecidas de táticas e de estratégias.

Há uma lógica no imaginário popular, que testa sua própria força aglutinadora, para recuar ou avançar. Esse já é um estágio organizativo, que o imaginário popular incorpora, na sua ação, a defesa do espaço público. O ordenamento dessa lógica se fundamenta em ações práticas. É importante saber quem afeta quem, o que será alterado e o que será mantido. Aí entram correlatos definidores de força, coerção, patrocínio, autoridade, como entendimentos que justificam as intervenções dos grupos populares organizados.

Em nossa história recente, as instituições da democracia se fragilizaram, os regimes fortes mostraram suas rupturas com o coletivo popular e a perspectiva de uma nova utopia sofreu abalos, na sua base concreta. Temos um cenário que assombra pelos horrores das crises sistêmicas. No Brasil, além da crise econômica, agravada pela crise político-ideológica, temos agora a contingência de uma crise sanitária, que, em tempos de pandemia, torna o horizonte sombrio, pela ausência de uma liderança respeitável sob todos os aspectos.

O imaginário popular atento, algumas vezes, disperso, outras vezes, se abastece de falas incongruentes, acolhidas na consciência ingênua de um povo que se acostumou a ser manipulado. Em tempos de *fakenews*, isso se torna gigantesco, produzindo conflitos políticos.

O espaço público expressa esses conflitos políticos, vistos pelo poder público como justificativa para determinações autoritárias⁷. É o lugar onde a sociedade civil se manifesta, com todas as suas idiossincrasias, tornando-se constitutivo do que se entende por civilidade, compreendendo-se a forma urbanizada e educada de convívio social.

A ideia de civilidade quer reiterar a importância da boa convivência entre os cidadãos de determinado espaço público. Sabemos, no entanto, que o exercício prático da civilidade requer o compartilhamento equânime do lugar, onde não tem um dono individual, que deseje se apropriar dessa experiência civil.

Zigmunt Bauman, em *Modernidade Líquida*, pensa na significação desse lugar civil, público:

O que significa, então, dizer que o meio urbano é “civil” e, assim, propício à prática individual da civilidade? Significa, antes e acima de tudo, a disponibilidade de espaços que as pessoas possam compartilhar como *personae públicas* – sem serem instigadas, pressionadas ou induzidas a tirar as máscaras e “deixar-se ir”, “expressar-se”, confessar seus sentimentos íntimos e exibir seus pensamentos, sonhos e angústias. Mas também significa uma cidade que se apresenta a seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais e como uma tarefa compartilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais, como uma forma de vida com um vocabulário e lógica próprios e com sua própria agenda, que é (e está fadada a continuar sendo) maior e mais rica que a mais completa lista de cuidados e desejos individuais – de tal forma que “vestir uma máscara pública” é

⁷ "A aparição da ideia de ordem civil como um artifício, sustentado no consenso de seus membros, pode considerar-se um sintoma de que se iniciou um processo de diferenciação funcional da sociedade, graças ao qual o sistema político adquire um certo grau de autonomia. Esse sistema se especializa em cumprir a função de processar e controlar os conflitos que surgem no processo de coordenação dos diferentes grupos e organizações componentes da ordem social, assim como na relação com outras unidades sociais". (GÓMEZ, E. S. *Filosofía del conflicto político*. 2001:325)

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

um ato de engajamento e participação e não um ato de descompromisso e de retirada do “verdadeiro eu”, deixando de lado o intercurso e o envolvimento público, manifestando o desejo de ser deixado só e continuar só. (BAUMAN, 2001:112. Grifos do autor)

Bauman é contundente. Reitera que o espaço público não pode pertencer a nenhuma categoria social, tenha ela o discurso que tiver com sua lógica gregária, grupal ou ideológica. Aí não se realiza a intenção do proprietário individual, não é este o lugar. A questão permanece: como usarmos o espaço público, como unidade civil, para que não se torne território de dominação de falanges ou seitas particulares?!

C. As patologias sociais decorrem das situações de desigualdade referidas, anteriormente. Tais patologias se traduzem nas fissuras sociais não tratadas, deixando a sociedade doente. Se olharmos o cenário mundial, o nosso cenário brasileiro e do continente latino-americano, a desigualdade não tem limite. Tornou-se uma chaga social, para dizer o mínimo. As distâncias causadas pela desigualdade tornaram-se uma vergonha civil. Chegamos ao momento em que nossas emoções impactam nossa capacidade de análise, embaçam nossa lucidez e impedem um distanciamento crítico, devido à dimensão de desumanidade atingida. São vidas em jogo, são rostos, são pessoas na condição de mendicância, em situação falimentar.

No Brasil, temos os problemas básicos da saúde e da educação, ainda não resolvidos. Deve-se essa situação às opções orçamentárias da governança, ao descaso dos gerentes designados para tratar dessas respectivas áreas. Ao poder interessa gerenciar tudo e todos, de modo instantâneo, somente para controle, não para resolver situações concretas.

A rigor, a ausência de uma vontade política que decidisse assumir radicalmente a solução desses problemas, como condição de vida humana digna, traduz o traço marcante dos limites da governança, no espaço da sociedade civil. Assim o que seria direito de todos acaba sendo direito de alguns, que podem remunerar o Capital e usufruírem das conquistas científicas e tecnológicas postas a serviço dos que atingem o nível da inclusão, na sociedade de consumo.

Destacamos como fonte dessas desigualdades os gravíssimos problemas que atingem a saúde e a educação, áreas básicas para o desenvolvimento social. O não cuidado com a saúde, que é o presente, e com a educação, que é o futuro, resulta nas patologias sociais.

No que se refere à saúde, temos o problema da fome, que se torna uma questão endêmica e da moradia digna, condição da relação familiar orgânica. Associada a essas questões surgem as epidemias, as pandemias e outras doenças sazonais, cujo atendimento à população mais desprovida de condições materiais, é deficitário, tornando-se uma calamidade pública. A fome não resolvida impede a condição de saúde e retarda as demais experiências existenciais dos sujeitos. Essas epidemias, endemias e pandemias atingem, especialmente, os desnutridos, os pobres e os miseráveis, no Brasil e no mundo. Este é o espetáculo atual, como cena dramática de extermínio.

Aqui, a escassez, além de sua materialidade robusta, expressa nos pratos vazios, nas mãos estendidas, que vemos nas ruas, nos nossos bairros, ocorre, também, a fome pela carência dos alimentos culturais, em que verificamos a escassez da honra, da dignidade, do afeto, da solidariedade.

A patologia social, neste caso, agrava-se, porque além da continuidade desta situação de desigualdade, devido à escassez, não há de parte das autoridades constituídas a inserção dessas

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

populações no círculo das benesses sociais. Sua manutenção no círculo da pobreza corrobora para uma política pública de privilégios.

No que diz respeito à educação, em seu sentido amplo, observamos a ignorância consolidada, como fruto dessa escassez epistêmica. A população carente, as populações quilombolas e as populações indígenas são as que mais sofrem com a precariedade dos investimentos públicos, em seus ambientes sócio-culturais.

Desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental e Ensino Médio até o Ensino Superior, nas suas modalidades de graduação e de pós-graduação, nosso sistema de ensino passou por experimentos, que nem sempre robusteceram as condições de formação da consciência crítica. Atualmente, essa situação agravou-se pelas contingências nacionais, pelo despreparo dos que se envolvem com o sistema de ensino e pelo descaso da governança com a educação, como forma de emancipar o povo.

Houve, na educação brasileira, uma invasão produtivista, quase aniquilando os processos do Sistema de Ensino, em vários níveis. Essa situação se agrava, em tempos de pandemia, especialmente no que se refere às igualdades de oportunidades. A compreensão das etapas do sistema de ensino e do aproveitamento do ato educativo, bem como seus procedimentos avaliativos, darão destaque para importância dos significados culturais, nas escolhas de conteúdo das disciplinas. Tudo isso somado, forma um *corpus*, que pode permitir, ou não, uma formação qualificada tecnicamente e cientificamente, de modo a tornar nosso país desenvolvido e ser capaz de estabelecer trocas neste e em outros continentes.

As dinâmicas do Estado alargam seus domínios e os sujeitos ficam submetidos às decisões dos que manejam os controles do poder. Nessa condição, nem sempre as pessoas capacitadas para tratar da saúde e da educação são aquelas designadas para realizarem essa tarefa. Tudo se torna inacessível à população em situação de escassez, até mesmo se identificar como existente, tornar-se visível à burocracia do poder.

Zigmunt Bauman refere que o poder, na era pós-panóptica, tornou-se *extraterritorial*, por meio das novas tecnologias.

Em termos práticos, o poder se tornou verdadeiramente *extraterritorial*, não mais limitado, nem mesmo desacelerado, pela resistência do espaço [...] Isso dá aos detentores do poder uma oportunidade verdadeiramente sem precedentes: eles podem se livrar dos aspectos irritantes e atrasados da técnica de poder do Panóptico.

O que quer que a história da modernidade seja no estágio presente, ela é também, e talvez acima de tudo *pós-Panóptica*. O que importava no Panóptico era que os encarregados “estivessem lá”, próximos, na torre de controle. O que importa, nas relações de poder pós-Panópticas é que as pessoas que operam as alavancas do poder de que depende o destino dos parceiros menos voláteis na relação podem fugir do alcance a qualquer momento – para a pura inacessibilidade. (BAUMAN, 2001:18. Grifos do autor)

É o poder em tempo real. O instrumental tecnológico permite ao poder que olhe o mundo e o determine, como num sobrevoo. Não para ter atitudes de cuidado com a população, mas se fazer presente como centro de emissão e de recepção da ordem, em todos os espaços. Os encarregados não estarão mais próximos das torres de controle, mas saberão como manejar os

controles, à distância, para monitorar o cumprimento das ordens e manter as desigualdades no limite do suportável.

3. COMO ENFRENTAR ESSA SOCIEDADE INTOXICADA?

Se pensamos a democracia como um regime em que as decisões são tomadas coletivamente pelos cidadãos, podemos admitir que essa cidadania intoxicada por vírus aniquiladores está ameaçada, se não partirmos para a realização da liberdade, envolvendo direitos, deveres e moralidade pública. Estamos vivendo uma desorganização social tão elevada, que a sociedade intoxicada chegou a uma situação com dificuldade de respirar. Nosso continente latino-americano, em particular, e o mundo, em geral, chegaram a um nível de toxicidade, de tal forma, cuja poluição destruiu tanto o ambiente da esfera pública, quanto o ambiente natural.

Esta foi uma herança epistêmica da modernidade, que rompida com a idade média, resultou num indivíduo fragmentado, uma sociedade sem elo, rompida consigo mesma, cujo exercício do poder se tornou absolutamente individualista. A razão iluminista construiu uma disciplina para glória individual. Ela não é uma razão de compartilhamento.

O descuido com todas as formas de vida do planeta ficou no parâmetro da normalidade. Tudo ficou justificado pela acolhida desenvolvimentista e pelas atrações das novas tecnologias. O absurdo tornou-se normal, não há mais indignação diante do aniquilamento da vida. O tema da banalidade do mal, proposto por H. Arendt, tornou-se um espectro do cotidiano das decisões políticas e econômicas, de tal modo que nos acostumamos a testar todos os limites, a cuidar pouco da vida, vivendo em perigos constantes.

Em nome do poder dessa razão suprema, definiram-se as formas de vida que fortaleceram o egoísmo, que destruíram tudo o que se apresentava como obstáculo. A falta de cuidado com a vida se tornou brutal.

Essa autonomia do sujeito alcançada na modernidade, vive a duplicidade da face de Jano. Ao mesmo tempo em que uma face liberta o indivíduo das teias que o enredavam no sistema de crenças, a outra face estimula uma racionalidade egoísta, auto-referenciada, quase desejosa de ser adorada em sua luz de saber determinista.

Há decisões éticas e políticas que precisam ser tomadas. Não interessa apenas a eficácia, na relação de meio e fins, é preciso avançar em princípios e valores que realizem a justiça, para o enfrentamento da crise social.

A. Caldera reflete:

A crise do mundo que vivemos é uma crise de rupturas e essa, aquela da ruptura entre a economia e a política, é uma delas e certamente não é a menos importante. A essa situação deve-se acrescentar a própria crise política caracterizada pelo atraso das transformações institucionais e concepções políticas diante das grandes mudanças da revolução tecnológica. (CALDERA, 2004:56)

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

Vale lembrar, nessa reflexão, que no projeto de governança, os pactos realizados entre a economia e a política inclui poucos e exclui muitos, amparado nos argumentos da racionalidade pragmática, da eficácia, deixando de lado outros referenciais, que pudessem contribuir para limpar o lixo que tornou a sociedade intoxicada.

Há que se pensar na questão posta por H. Arendt: *Tem a política ainda algum sentido?* Para responder essa questão, a autora considera a convivência entre os diferentes, o que ela ressalta como a pluralidade dos homens. Nessa pergunta se mesclam dois elementos:

A experiência com as formas totalitárias de Estado nas quais toda a vida dos homens foi politizada por completo, tendo como resultado o fato de a liberdade não existir mais nelas [...] Em segundo lugar, a pergunta é formulada forçosamente em vista do monstruoso desenvolvimento das modernas possibilidades de destruição [...] que só podem ser empregadas dentro do âmbito político. (ARENDR, 2002:39)

Esse desencanto com a perda de sentido do fazer político, na referência arendtiana, está associada à perda da liberdade, nos eventos totalitários do Século XX. Chegamos ao Século XXI em que essa pergunta continua tendo sentido, na medida em que vemos a cidadania intoxicada pela ausência de uma liberdade política, incapaz de permitir escolhas emancipatórias, livres dos vírus populistas e autoritários, da atualidade. As questões políticas, ficando isoladas pelas sucessivas crises, impedem a realização da liberdade pública, da recuperação da racionalidade como a expressão ética no mundo a ser habitado.

A dificuldade atual é recuperar o elo social que foi rompido pelos obstáculos enfrentados na resolução de questões vitais, especialmente quando milhares de pessoas ainda estão reduzidas à esfera da escassez. Temos, pois, desafios organizativos para pensar uma nova ordem social, política e econômica, que possa ser abrigada pelos valores da democracia, ainda que paradoxais, como liberdade e igualdade.

Todorov menciona:

A democracia se caracteriza não só por um modo de instituição do poder ou pela finalidade de sua ação, mas também pela maneira como o poder é exercido. A palavra-chave aqui é *pluralismo*, pois se considera que os poderes, por mais legítimos que sejam, não devem ser todos confiados às mesmas pessoas, nem concentrados nas mesmas instituições. É essencial que o Poder Judiciário não seja submetido ao poder político (no qual estão reunidos o Executivo e o Legislativo) e possa fazer julgamentos com total independência. O mesmo se dá quanto ao poder midiático, o mais recente, que não deve ser posto a serviço do governo, mas permanecer ele mesmo plural. (TODOROV, 2012:17. Grifos do autor)

Essa democracia plural enseja a boa governabilidade, na medida em que os poderes da República possam conviver, civilizadamente, sem atropelos de mandos e outras lógicas menores.

A forma pelas quais os sujeitos deste tempo organizam-se social e politicamente evidencia certo mal-estar do processo civilizatório. A sociedade de mercado arrumou a vida humana como mercadoria programada, *standartizada*, de tal forma que intoxicou os cidadãos, permitindo uma dominação regulada, negadora da emancipação.

A democracia desejada é uma democracia sem donos, nem adjetivos, que viabilize um poder, sem a marca do autoritarismo e sem o registro da anarquia. Daí a obrigação moral de desintoxicar a cidadania.

4. A OUSADIA DA INTELIGÊNCIA

Cabe reiterar, neste momento, um gesto inteligente, uma ousadia, a ousadia da inteligência. O que irá exigir a ousadia da inteligência? A inteligência é a capacidade dos indivíduos de compreenderem o significado da realidade, fazendo uma leitura investigativa que esclareça as dimensões da realidade dos fatos e das implicações decorrentes. Cabe aqui o uso etimológico do termo inteligência, proveniente do latim (*Intus legere*) ler dentro.

Nessa ousadia da inteligência, a intenção não será outra senão a defesa da democracia, como forma de governo, no marco das instituições republicanas. Faz-se imprescindível a garantia de que os poderes da república possam exercer seu papel no cuidado com os direitos da cidadania. Para isso, é preciso considerar as circunstâncias atuais. O momento intenso do neoliberalismo financeiro, que engessou o Estado, as instituições a ele vinculadas e, as outras instituições, não vinculadas ao Estado. Esse engessamento atinge famílias e categorias específicas, como setores culturais, religiosos e educacionais.

A consequência direta dessa intensidade da forma neoliberal do Capital fortalece a lógica da destruição da República e o consequente enfraquecimento da Democracia, dados presentes nas ações dos agentes da governabilidade, que, ao polarizarem, se fixam em posições herméticas⁸. Há necessidade de contraposição a essa lógica e para isso é necessária a estratégia de uma inteligência robusta, encarnada no espaço público, sem os contornos doutrinários de qualquer tipo de razão iluminista ou intolerante.

O que contrapor a essa lógica que enfraquece o Estado Democrático de Direito? Em que medida podemos impulsionar a ousadia da inteligência? À proporção em que pudermos atuar na construção de uma outra lógica, que manifeste a ousadia da inteligência, a qual deve ir além dos discursos lógicos da doutrinação ideológico-partidária. A lógica se apresentará concreta, articulada no pensamento e na ação, fortalecendo o protagonismo dos intelectuais e organizando essas duas dimensões da condição humana. Essas condições, pensamento e ação, focam também no entendimento do imaginário

Se pensamos a democracia como um regime em que as decisões são tomadas coletivamente pelos cidadãos, podemos admitir que essa cidadania intoxicada por vírus aniquiladores está ameaçada se não lutarmos para a realização pública da liberdade, envolvendo direitos, deveres e moralidade.

⁸ “A polarização pode destruir as normas democráticas. Quando diferenças socioeconômicas, raciais e religiosas dão lugar a sectarismo extremo, situação em que as sociedades se dividem em campos políticos, cujas visões de mundo são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes, torna-se difícil sustentar a tolerância”. (Cf. LEVITSKY, S. & ZIBLATTI, D. *Como as Democracias morrem*, 2018, p.115).

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

Nosso desafio como uma ousadia da inteligência requer compaixão, cuidado e rebeldia. A compaixão não impede a indignação. Esse procedimento, o da indignação, nos afeta por inteiro, face às situações de desigualdade, de ausência de justiça e de aniquilamento dos sujeitos. Aprendemos a viver e termos a vida como um bem maior. Saber viver é isso, compadecer-se e indignar-se. As identidades sociais configuram-se nessas mediações.

Estamos no tempo das redes sociais, que nos ligam em todos os territórios e em todos os lugares políticos. Por que não formarmos redes de mobilização coletivas, com esses sentimentos, compaixão e indignação, para fortalecer a esperança?! Enquanto mantivermos as divisões que o Capital nos impõe, teremos dificuldade de pensar uma nova forma democrática, em que o espaço público seja ocupado de forma pública.

Não desesperar da humanidade irá nos levar a pretender mudanças políticas, negando as formas de governança, maculadas pela crueldade com a população. Isso requer o enfrentamento das dificuldades de uma política pública de emprego e renda, impulsionando os movimentos sociais, nessa interlocução. Há que pensarmos em novas metodologias capacitadoras, o que pressupõe combater o vírus que contaminou a cidadania, tornando-a sem condições de resiliência. Trata-se de capacitar novos sujeitos, com quem possamos compartilhar outra lógica, que combata o vírus aniquilador da cidadania e a liberte da pandemia letárgica que a contaminou.

Ousar é ultrapassar limites definidos. É ampliar perspectivas. A ousadia da inteligência não significa temeridade ou movimento de ações irresponsáveis. A responsabilidade social se ancora na consciência crítica, que alimenta a ousadia da inteligência. Esta consciência não sintoniza com atitudes de covardia, nem se abastece em estratégias pouco transparentes na vida política, nem com ações de governança negadoras de direitos econômicos e sociais.

Nesse entendimento, é importante situar a peculiaridade do fazer político, em consonância com o interesse público, nesses tempos em que viveremos, ainda, no século XXI. O compromisso com valores que emancipam os sujeitos torna-se fundamental para que possamos enfrentar o que intoxica a sociedade, como as manipulações de narrativas político-partidárias, cujo foco é enfraquecer a República e fragilizar a Democracia.

Nas contingências de nossas culturas, em que a escassez afeta o mundo do trabalho, há necessidade de fortalecermos nossa autonomia pensando criticamente a realidade social, construindo uma mentalidade que associada a uma inteligência ousada seja capaz de enfrentar as atitudes de dominação, advindas das esferas da governabilidade. Os poderes se fortalecem nas governanças autoritárias e procuram interferir na sociedade civil, como se os sujeitos fossem incapazes de pensar fora das tratativas de partidos e comitês.

A vida democrática é necessária para reconquistarmos o espaço público e fortalecermos o elo social, no Brasil e nos países latino-americanos. Nos moldes de um projeto emancipatório, a ação política gera condições para a solidez dessa vida democrática.

Concordamos com A. Caldera:

A democracia é uma criação da política, da imaginação, observação e inteligência do ser humano, não é uma criação do mercado. Não é a consequência de um mecanismo cego e automático regido por leis inelutáveis, mas produto de angústia e esperança, de vontade e fé diante da necessidade do homem de sobreviver na história. (CALDERA, 2004:8)

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

Nossas ações perseguem um universo de desejos com o cuidado de quem busca a realização do humano. E, para isso, há desafios a serem enfrentados, postos pelos saberes, tanto da ciência quanto da política, para que seja reconquistado o espaço público.

Destacamos dois grandes desafios, na perspectiva do que viemos argumentando, a afirmação da racionalidade e a defesa a vida.

A afirmação da racionalidade como a expressão de uma inteligência compartilhada. Isso vincula a dimensão da inteligibilidade do mundo dado, como natureza, e do mundo construído, como cultura. Esta afirmação da racionalidade enseja a compreensão de uma organização social, política e econômica, de modo a reatar o elo social, na efetivação de um novo pacto, que se consolide numa afirmação ética, como instância hermenêutica capaz de reatar laços intersubjetivos, que circundem a humanidade.

Por que isso é um desafio? Porque essa ousadia da inteligência se insere na concretude do mundo vivido, que envolve a produção das coisas, de artefatos, de medicamentos, de alimentos, de metodologias, que incidem em experiências de saberes construídos, por uma racionalidade partilhada. São as ações que permitiram as invenções e descobertas das ciências e das tecnologias. É uma racionalidade afirmada pelo pensar coletivo.

Esse desafio requer uma esfera pública em que valores políticos e valores éticos estejam em consonância, para que pensemos no pacto social, de maneira crítica e não doutrinária, nas diferentes esferas, na esfera do social, na esfera do político, na esfera do econômico. No mundo dos conceitos, essas compreensões estão separadas, diferente do que ocorre na ordem da vida, porque nesta ordem tudo isso está junto, não há repartições.

A defesa da vida é o outro desafio, não menos importante, que implica no cuidado e proteção com tudo o que se refere ao ser vivo, dentro da perspectiva planetária. Um desafio abrangente, necessário e urgente. O ser vivo que mais assusta a vida é o ser humano, porque apresenta soberania e perigo. A inteligência que foi capaz de identificar o elemento matricial do qual brotou a vida, também tem a competência para destruí-la. São os elementos paradoxais da inteligência a serem enfrentados.

Foi construída uma cultura científica e tecnológica sobre um universo natural, vivo e não vivo, de tal forma que cada experiência de laboratório, cada vírus descoberto, cada molécula investigada funciona como arma, ora de defesa, ora de ataque. A descoberta do código genético, o desenvolvimento da biologia molecular, o mapeamento do DNA, resultados grandiosos da razão em função do entendimento da vida desafiam, em todos os âmbitos, um comportamento rigoroso de fidelidade aos seres vivos.

Fruto da nossa compreensão, esse sujeito epistêmico, que nós somos, não pode estar de costas para o sujeito ético, que queremos ser. Cabe, nesse contexto, pensar no que está sendo chamado de revolução dos afetos. Trata-se do cuidado e da proteção com a vida de todos. Nós já fizemos muitas revoluções, agora se faz necessário fazer a revolução dos afetos⁹, como mais um traço da ousadia da inteligência.

Trata-se da expressão intensa de um sentimento de humanidade, do reconhecimento de si mesmo no outro. Acrescente-se a isso o compromisso com a liberdade e a igualdade, mediado pelo interesse com as dores vividas pelos outros povos e nações. A compaixão não impede a indignação.

⁹ Estão ocorrendo experiências e estudos, especialmente na área da Educação, sobre a revolução dos afetos, que se inclina para pensar as relações entre os humanos, no sentido de superar os ataques de ódio e afirmarem a dimensão da acolhida, do diálogo, do encontro, não de uma forma ingênua, própria do mundo de Polyana, mas de uma forma madura, crítica, participativa e sobretudo inteligente.

Saber viver é isso, compadecer-se e indignar-se. As identidades sociais se configuram nessas mediações. Na era das redes, podemos formar redes de mobilização coletiva com esses sentimentos, compaixão e indignação, para estimular a esperança.

É uma questão de honra posta à nossa geração, que precisa resgatar e contribuir para as próximas gerações. Nossa resiliência como intelectuais pode motivar as ações cidadãs, que pensem em respostas concretas, podendo resgatar o nível da dignidade e da honra, aniquilado pelo vírus que contaminou a cidadania.

5. FECHANDO O CÍRCULO DO ARGUMENTO, DE FORMA PROVISÓRIA

Tudo o que estamos vivendo nessas primeiras décadas do século, além de nos atemorizar, nos espanta, nos causa medo. Criamos redes físicas e digitais para nos sentirmos mais livres, mais donos do nosso tempo e ficamos mais aprisionados. Culpa das redes? Não. Nossa vida *líquida* pode ser tributada à nossa pouca lucidez para entendimento dos fatos e das relações entre eles, criadas por nossas urgências. Sim porque parece que, à semelhança do coelho de *Alice no país das maravilhas*, nós temos pressa e estamos sempre correndo para todos os lugares e para nenhum lugar.

Essa pressa nos assusta, até pode nos intimidar e então nos espantamos. Não o espanto citado pelos filósofos antigos, (*thaumadzein*) que o sujeito tinha diante da realidade e permitia começar a filosofar. Temos, hoje, o espanto que nos intimida diante do que estamos vivendo e ainda viveremos. Um espanto que nos faz recuar, que nos retira da cena pública. As doenças, as relações de mercado, as atitudes discriminatórias que levam a assassinatos, os fenômenos migratórios, as dificuldades de emprego e renda, a perda da dimensão de futuro, o sentir-se estrangeiro na própria pátria são fatores de espanto e de medo.

No Brasil, desde a humilhação colonizadora, passando pelo escravismo, até a vigência da última ditadura civil-militar nós contemplamos a teatralidade da morte e do medo, como um tempo da razão cruel, uma ausência da racionalidade ética. Neste instante, em que um vírus testa nossa capacidade cognitiva e existencial, aliado ao desconforto moral de uma governança irresponsável, somos chamados a pensar ousadamente e agir eticamente, no protagonismo possível, traduzido no compromisso com o futuro.

Bauman alerta:

O século vindouro pode muito bem ser a época da derradeira catástrofe. Ou pode ser o tempo em que um novo pacto entre os intelectuais e o povo – agora significando a humanidade em seu conjunto – seja negociado e trazido à luz. Esperemos que a escolha entre esses dois futuros ainda nos pertença. (BAUMAN, 2008:229)

Na atualidade, contemplamos aqui e lá fora o momento em que a humanidade desnudada se tornou cúmplice ou solidária. A fragilidade do sujeito e o desatar do elo social aparecem na mais profunda cratera moral. Sentimos medo das lavas vulcânicas, expelidas pelos atores da governança sobre a população. A face do mal alarga suas fronteiras espaciais. E nós temos medo do mal. Como

Reconquista do Espaço Público pela ousadia da inteligência

PIRES, Cecília

nos lembra Bauman, *O medo e o mal são irmãos siameses. Não se pode encontrar um deles separado do outro*¹⁰. Então corremos, temos pressa de buscar outros espaços, outros lugares, outras rotinas, que nos libertem do medo e nos afastem do mal.

Mesmo neste cenário não podemos correr às tontas como o coelho de Alice, atento ao relógio para chegar a nenhum lugar. Há que refazermos nossas redes, estabelecermos outras ligações, fortalecermos nossos elos, porque mesmo ao chorarmos nossos mortos, precisamos acolher os que estão vivos e não desistirmos dos nossos significados humanos.

Tentam queimar nossa resistência. Como sujeitos em movimento, nós reagimos e denunciemos as afrontas, as injustiças, as desigualdades, as patologias sociais. A fala do sujeito não é apenas a fala da razão esclarecida, mas a fala do compromisso com a história de todos. Nesse movimento dialético de superação, o novo e o antigo se encontram para novas sínteses. Neste agora, queremos resgatar a moralidade pública, como expressão da nossa urgência atual.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.: 2001

CALDERA, Alejandro Serrano. **Razón, Derecho y Poder. Reflexiones sobre la democracia y la política**. Nicaragua: Hispamer, 2004.

GÓMEZ, Enrique Serrano. **Filosofia del Conflicto Político**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

LEVITSIKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão Dialética**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2002.

TODOROV, Tzevtan. **Os inimigos íntimos da Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁰ BAUMAN, *Medo Líquido*, 2008, p, 74.